

**ESCOLA
SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
E GESTÃO**

P.PORTO

ÉTICA E LEGISLAÇÃO INFORMÁTICA
FRANCISCO MARQUES VIEIRA *fjv@estg.ipp.pt*

FMV2022

1

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO



Tutela Constitucional da Privacidade e Dados Pessoais

FMV2022

2

Direitos Fundamentais

Estado de Direito
Democrático

Direitos
Fundamentais

O processo de
reconhecimento de
Direitos Fundamentais
caracteriza-se:

- 1.º – acumulação histórica
- 2.º – variedade de valores
- 3.º – abertura a novos valores

3

3

Acumulação Histórica

1

Geração Liberal

- DF como liberdades em oposição ao poder do Estado

2

Geração Democrática

- Cresce da consciência democrática da sociedade, evolução que se desenvolve com o próprio liberalismo

3

Geração Social

- Direitos à Participação do Estado, geração dos chamados "direitos sociais"

4

Geração da Solidariedade Intergeracional

- DF de repercussão futura, Direito ao Ambiente, Direito ao Património Cultural...

4

4

Variedade de Valores

- 1 Vida, Integridade Física, Liberdade de Circulação...
- 2 Liberdade de Expressão, Liberdade Religiosa, Liberdade de Criação Cultural...
- 3 Direito à Habitação, Direito ao Trabalho, Direito à Saúde...
- 4 Direito ao Ambiente, Direito ao Acesso à Cultura...

5

5

Abertura a novos Valores



6

6

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Direitos Fundamentais

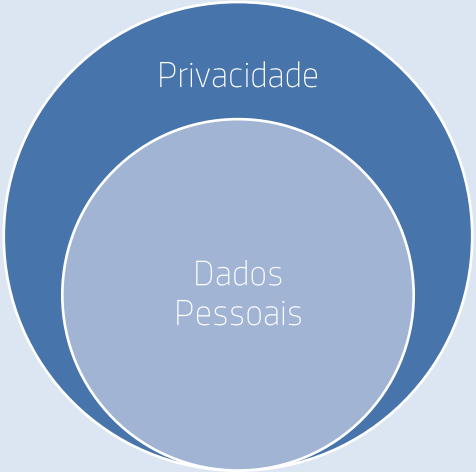
- 1
 - **Subjetivos**
 - Ligados à pessoa humana, são direitos que pertencem ao sujeito
- 2
 - **Individuais**
 - direitos das pessoas enquanto seres individualmente considerados, mesmo que o seu exercício possa ser coletivo
- 3
 - **Universais e Permanentes**
 - atribuição geral, indiscriminada, atribuídos ao ser humano, pelo simples facto de ser uma Pessoa Humana, e, por isso, quanto à sua existência, são independentes do tempo ou da situação
- 4
 - **Fundamentais**
 - importância na proteção da dignidade humana de acordo com a consciência jurídica geral de determinada comunidade

7

7

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Privacidade e Dados Pessoais



The diagram consists of two concentric circles. The outer circle is dark blue and labeled 'Privacidade' at the top. The inner circle is light blue and labeled 'Dados Pessoais' in the center. This visualizes that personal data is a subset of privacy.

FMV2022

8

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Problemática

Internet

Identidade e Privacidade

Vigilância Eletrónica

Securitismo

9

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Problemática

Tecnologia

Perigos

Proteção

10

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Art. 12.º DUDH

Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

ONU

11

11

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Art. 8.º CEDH

Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência.

Conselho da Europa

12

12

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Convenção 108

Para A Protecção Das Pessoas Relativamente Ao Tratamento Automatizado De Dados De Carácter Pessoal

Visa garantir o respeito pelos seus direitos e liberdades fundamentais, e especialmente pelo seu direito à vida privada, face ao tratamento automatizado dos dados de carácter pessoal.

Conselho da Europa

13

13

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

CDFUE

Art. 7.º

Todas as pessoas têm direito ao respeito pela sua vida privada e familiar, pelo seu domicílio e pelas suas comunicações.

Art. 8.º

1. Todas as pessoas tem **direito à proteção** dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. Esses dados devem ser objeto de um **tratamento leal**, para **fins específicos** e com o **consentimento** da pessoa interessada ou com outro **fundamento legítimo** previsto por lei. Todas as pessoas tem o **direito de aceder** aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respetiva **retificação**.

14

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

#leifundamental

Direitos Fundamentais

Em causa estão direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos indisponíveis e que exigem uma proteção acrescida. A sua relevância fica bem patente pela previsão nas leis mais importantes: internamente, na Constituição da República Portuguesa; externamente, na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Constituição da República Portuguesa

- Proibição da discriminação (art. 13.º CRP)
- Direito à privacidade (art. 26.º CRP)
- Acesso aos dados informatizados (art. 35.º CRP)

15

15

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Direitos Fundamentais e Constituição

1. REGIME GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
 - aplicável a todos os direitos fundamentais, quer sejam consagrados como «direitos, liberdades e garantias» ou como «direitos económicos, sociais e culturais».
2. REGIME ESPECÍFICO DOS DIREITOS LIBERDADES E GARANTIAS
 - disciplina jurídica particular aos «direitos, liberdades e garantias e dos direitos de «natureza análoga».

A privacidade e dados pessoais sob tutela do regime especial dos DLG

16

16

Regime Geral dos Direitos Fundamentais

Princípios Reguladores

- 1) Princípio da Universalidade – artigo 12º da CRP
- 2) Princípio da Igualdade – artigo 13º CRP
- 3) Princípio do acesso ao direito e da garantia da tutela jurisdicional efetiva – artigo 20º da CRP

17

17

Regime dos Direitos Liberdades e Garantias

Princípios orientadores

- 1) Aplicabilidade direta – art. 18º n.º 1 CRP
- 2) Vinculação de entidades públicas e privadas – art. 18º n.º 1 CRP
- 3) Reserva de lei para a sua restrição – art. 18º n.º 2 CRP

18

18

Privacidade e Dados Pessoais como DLG

Regra geral de tutela de todas as formas de privacidade

Artigo 26.º da CRP

1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, **à reserva da intimidade da vida privada e familiar** e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação.
2. A lei estabelecerá garantias efectivas contra a utilização abusiva, ou contrária à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias

19

Privacidade e Dados Pessoais como DLG

Proteção da lei contra intromissões na esfera da privacidade por parte dos órgãos de investigação / decisão criminal

Artigo 32.º da CRP

Garantias de processo criminal

8. São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, **abusiva intromissão na vida privada**, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.

20

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Privacidade e Dados Pessoais como DLG

Direito à autodeterminação informacional

Artigo 35º
(Utilização da informática)

1. Todos os cidadãos têm o **direito de acesso** aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua **rectificação e actualização**, e o **direito de conhecer a finalidade** a que se destinam, nos termos da lei.
2. **A lei define** o conceito de dados pessoais, bem como as condições aplicáveis ao seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização, e garante a sua protecção, designadamente através de entidade administrativa independente.
3. A informática não pode ser utilizada para tratamento de **dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica**, salvo mediante **consentimento** expresso do titular, **autorização prevista por lei** com garantias de não discriminação ou para processamento de **dados estatísticos** não individualmente identificáveis.

21

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO
POLITÉCNICO DO PORTO

Privacidade e Dados Pessoais como DLG

Direito à autodeterminação informacional

Artigo 35º
(Utilização da informática)

4. É **proibido o acesso a dados pessoais de terceiros**, salvo em casos excepcionais previstos **na lei**.
5. É proibida a atribuição de um **número nacional único** aos cidadãos.
6. A todos é garantido livre acesso às redes informáticas de uso público, definindo **a lei** o regime aplicável aos **fluxos de dados transfronteiras** e as formas adequadas de **protecção** de dados pessoais e de outros cuja salvaguarda se justifique por razões de interesse nacional.
7. Os dados pessoais constantes de **ficheiros manuais** gozam de protecção idêntica à prevista nos números anteriores, nos termos da lei.

22